

AFEGANISTÃO

REPÚBLICA ISLÂMICA DO AFEGANISTÃO

Chefe de Estado e de Governo:	Hamid Karzai
Penal de morte:	retencionista
População:	28,2 milhões
Esperança média de vida:	43,6 anos
Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):	233/238 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	28 por cento

A população afegã continuou a sofrer violações generalizadas dos direitos humanos e da lei humanitária internacional, mais de sete anos após o afastamento do regime Taliban pelos EUA e os seus aliados. O acesso aos cuidados de saúde, educação e ajuda humanitária piorou, principalmente no Sul e Sudeste do país, devido à escalada no conflito armado entre as forças afegãs e internacionais e os Taliban e outros grupos armados. Os abusos relacionados com o conflito aumentaram no Norte e no Oeste do Afeganistão, zonas anteriormente consideradas relativamente seguras.

Antecedentes

Os Taliban e outros grupos antigovernamentais aumentaram o número de ataques contra civis, incluindo ataques contra escolas e clínicas de saúde, em todo o país. As alegações de fraude eleitoral durante as eleições presidenciais de 2009 reflectiram a preocupação generalizada com a deficiente governação e a corrupção endémica no governo. Os afegãos enfrentaram um estado de insegurança associado a um florescente negócio de tráfico de droga, um sistema judicial enfraquecido e inepto e uma sistemática falta de respeito pelo Estado de Direito. A impunidade persistiu, com o governo a falhar na investigação e no julgamento de altos responsáveis governamentais suspeitos de envolvimento em violações dos direitos humanos e actividades ilegais.

A ONU classificou o Afeganistão como sendo o segundo país mais pobre de um total de 182 países no seu índice de desenvolvimento humano. O país tinha ainda a segunda mais elevada taxa de mortes maternas do mundo. Apenas 22 por cento dos afegãos tinham acesso a água potável.

Impunidade – eleições nacionais

O fracasso na implementação do Plano Nacional para a Paz, Justiça e Reconciliação de 2005 e no desmantelamento dos grupos armados ilegais permitiu que indivíduos suspeitos de graves violações dos direitos humanos se apresentassem como candidatos e fossem eleitos para cargos públicos.

O governo afegão e os seus apoiantes internacionais não criaram mecanismos apropriados de protecção dos direitos humanos antes das eleições de Agosto. As eleições ficaram marcadas pela violência e pelas alegações de fraude eleitoral generalizada, incluindo enchimento de urnas, encerramento prematuro de mesas de votos, abertura de mesas de voto não autorizadas e múltiplas votações.

Apesar dos protestos da opinião pública, o governo pós-eleitoral liderado pelo presidente Karzai incluía várias figuras que enfrentavam alegações públicas e credíveis de envolvimento em crimes de guerra e graves violações dos direitos humanos durante a guerra civil afegã, bem como após a queda do regime Taliban.

Conflitos armados

Abusos cometidos por grupos armados

O número de baixas civis dos Taliban e de outros grupos rebeldes aumentou. De acordo com a ONG afegã Gabinete de Segurança, os grupos armados levaram a cabo mais de 7400 ataques em todo o país entre Janeiro e Setembro. A ONU registou mais de 2400 vítimas civis, dois terços das quais foram mortas pelos Taliban.

A violência atingiu o auge em Agosto, durante o período eleitoral, com muitos dos ataques a serem indiscriminados ou dirigidos especificamente contra civis. As escolas e clínicas, que eram usadas como assembleias de votos, eram vulneráveis a ataques. Segundo a ONU, pelo menos 16 escolas e uma clínica foram atacadas pelos Taliban e por outros grupos rebeldes no dia das eleições.

A 11 de Fevereiro, os Taliban lançaram ataques suicidas e armados contra três edifícios governamentais em Cabul, matando pelo menos 26 pessoas, 20 das quais civis, e ferindo mais de 60 outras, na sua maioria civis.

A 17 de Setembro, um ataque com um carro-bomba conduzido por um bombista suicida contra um comboio militar da Força Internacional de Assistência e Segurança em Cabul matou pelo menos 18 pessoas, incluindo 10 civis, e feriu mais de 30 civis. Os Taliban reivindicaram a autoria do ataque.

Pelo menos 30 civis morreram e outros 31 ficaram feridos nos ataques levados a cabo pelos Taliban no dia das eleições.

A 8 de Outubro, um carro-bomba conduzido por um bombista suicida explodiu junto à embaixada da Índia em Cabul, matando 13 civis e 2 agentes de polícia e ferindo mais de 60 civis e 13 agentes de polícia.

A 28 de Outubro, combatentes Taliban atacaram um hotel da ONU em Cabul, matando cinco funcionários estrangeiros da ONU, um civil afegão e dois elementos das forças de segurança afegãs. Este foi o ataque mais sangrento do ano contra a ONU no Afeganistão, e levou a organização a retirar do país mais de 600 funcionários estrangeiros.

Os Taliban e outros grupos armados continuaram a atacar escolas e a matar deliberadamente professores e alunos. Mais de 458 escolas, a maioria no Sul, foram encerradas em todo o país devido à insegurança, afectando 111,180 alunos. Os Taliban atacaram principalmente escolas femininas.

Em Maio, um ataque com gás contra uma escola feminina na província de Kapisa provocou a hospitalização de pelo menos 84 estudantes.

Violações cometidas pelas forças afegãs e internacionais

As forças internacionais reviram as suas regras de envolvimento para minimizar as baixas civis, mas o número de civis mortos nas operações das forças internacionais e das forças de segurança afegãs aumentou na primeira metade do ano. As forças da NATO e dos EUA não

tinham um mecanismo coerente e consistente para investigar as baixas civis e garantir a responsabilização dos culpados e a compensação das vítimas.

A 4 de Setembro, ataques aéreos da NATO junto à aldeia de AmerKhiel, na província de Kunduz, mataram 142 pessoas, das quais 83 eram alegadamente civis. Embora pudesse tê-lo feito, a NATO não avisou os civis de que ia ser lançado um ataque iminente na região (ver entrada da Alemanha).

A 27 de Agosto, tropas da NATO que apoiavam unidades do Exército afegão atacaram uma clínica na província de Paktika, onde um Líder Taliban estaria alegadamente a ser tratado. O ataque violou a lei humanitária internacional, que protege os combatentes feridos em combate.

A 4 de Maio, ataques aéreos norte-americanos no distrito de Bala Baluk, na província ocidental de Farah, causaram a morte a mais de 100 civis. A NATO e responsáveis militares norte-americanos alegaram que militantes Taliban se tinham escondido entre a população local para provocar ataques contra os civis.

Liberdade de expressão – jornalistas

Os Taliban e outros grupos armados aumentaram os ataques contra jornalistas afegãos e praticamente impediram a cobertura jornalística nas áreas sob seu controlo. Os jornalistas foram ainda intimidados e atacados pelo governo.

Os Taliban tentaram impedir a cobertura das eleições pela comunicação social. Os trabalhadores dos meios de comunicação social enfrentaram intimidação e interferências por parte de apoiantes do presidente Karzai e de outros candidatos, principalmente do candidato presidencial rival, Abdullah Abdullah. Dois jornalistas e dois outros elementos da comunicação social foram mortos por forças governamentais e grupos armados, e muitos outros foram agredidos.

Tal como sucedera em anos anteriores, o governo não investigou devidamente as mortes e os ataques contra jornalistas.

Em Julho, cinco jornalistas foram espancados por agentes de polícia em Herat por noticiarem uma manifestação contra a corrupção policial.

A 11 de Março, Jawed Ahmad, um jornalista afegão que trabalhava para uma agência noticiosa internacional, foi morto por rebeldes na província de Kandahar.

Em Setembro, Sayed Perwiz Kambakhsh foi perdoado pelo presidente Karzai e recebeu asilo político no estrangeiro. Tinha sido condenado a 20 anos de prisão por "blasfémia", por ter alegadamente distribuído um artigo questionando o papel das mulheres no Islão.

Violência contra mulheres e raparigas

Mulheres e raparigas continuaram a enfrentar discriminação generalizada, violência doméstica e sequestro e violação por indivíduos armados. Continuaram a ser traficadas, oferecidas a troco de resolução de disputas e dívidas e forçadas a casar, mesmo sendo menores. Em alguns casos, mulheres e raparigas foram deliberadamente atacadas pelos Taliban e por outros grupos armados.

Os defensores dos direitos humanos das mulheres continuaram a sofrer de violência, perseguição, discriminação e intimidação por parte de membros do governo, bem como dos Taliban e de outros grupos armados.

Em Abril de 2009, os Taliban assassinaram Sitara Achekzai, secretária do Conselho Provincial de Kandahar e proeminente activista dos direitos das mulheres.

Desenvolvimentos legais

O governo introduziu duas leis relacionadas com as mulheres.

Em Março foi aprovada a Lei do Estatuto Pessoal dos Xiitas, que continha várias provisões discriminatórias contra as mulheres xiitas. A lei foi emendada em Julho na sequência de críticas da parte dos grupos de mulheres afegãs e da comunidade internacional. Algumas provisões discriminatórias continuaram em vigor.

Em Agosto o presidente e o governo aprovaram a lei para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Esta lei criminalizava a violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica. A aprovação desta lei pelo Parlamento continuava pendente.

Problemas no acesso à ajuda humanitária

A actividade dos grupos armados, principalmente nas províncias do Sul e do Leste do país, impediu as operações de várias agências humanitárias e de assistência. Os ataques contra trabalhadores humanitários por parte dos Taliban e de outros grupos armados aumentaram consideravelmente, incluindo no Norte do país. Registaram-se 172 ataques contra ONGs e trabalhadores humanitários, os quais resultaram na morte de 19 pessoas, ferimentos noutras 18 e no sequestro de 59 outras. O conflito prejudicou o acesso das agências humanitárias a algumas das zonas mais afectadas no Sul e no Leste do país, afectando a distribuição de ajuda essencial e a prestação de cuidados médicos a milhões de pessoas. Só no mês de Março, 13 caravanas humanitárias foram atacadas e saqueadas por grupos armados.

Direito à saúde

O conflito continuou a ter um impacto adverso sobre as instalações de saúde. Algumas clínicas e centros de saúde, principalmente no Sul do país, foram afectados por operações militares de ambas as partes do conflito, as quais tiveram um efeito devastador sobre o acesso dos civis aos cuidados de saúde.

Dois Centros de Saúde Básica nos distritos de Nawa e Garamseer, na província de Helmand, foram ocupados por forças militares nacionais e internacionais em Agosto, e usados como bases militares. Em Setembro, a clínica do distrito de Nawa reabriu e a clínica do distrito de Garamseer foi transferida para outro local.

A 6 de Setembro, tropas da ISAF levaram a cabo buscas num hospital gerido pelo Comité Sueco para o Afeganistão, na província de Wardak.

Pessoas deslocadas internamente

O ACNUR, a agência da ONU para os refugiados, estimava que 297 mil afegãos tivessem sido deslocados das suas casas, mais de 60 mil só em 2009. A maioria dos deslocados fugira dos

combates no Sul, Leste e Sudeste do país. Milhares de pessoas foram ainda deslocadas pela seca, inundações repentinas e escassez de comida nas zonas centro e norte do país.

Milhares de deslocados viviam em acampamentos improvisados em Cabul e Herat, sem abrigos adequados e com reduzido acesso a comida, água potável, cuidados de saúde e educação.

Segundo o ACNUR, cerca de 368,786 refugiados regressaram ao Afeganistão provenientes do Irão e do Paquistão durante o ano. Alguns dos retornados foram deslocados dos seus locais de origem devido às escassas oportunidades económicas e ao acesso limitado à terra, habitação, água potável e para irrigação, cuidados de saúde e educação. Em vários casos, as terras e propriedades dos retornados tinham sido ocupadas por milícias locais aliadas do governo.

Milhares de paquistaneses deslocados que fugiram das operações militares no Noroeste do Paquistão – as Zonas Tribais sob Administração Federal e o Vale de Swat – procuraram abrigo nas províncias de Kunar, Khost e Paktika, no Leste do Afeganistão (ver entrada do Paquistão).

Detenções arbitrárias

Centenas de afegãos continuaram a ser arbitrariamente detidos, sem autoridade legal definida e o devido processo legal. Cerca de 700 afegãos continuavam detidos na base norte-americana no aeroporto de Bagram, sem acusação formal ou julgamento, num "internamento de segurança" de duração indefinida. A 15 de Novembro, os EUA inauguraram um novo centro "melhorado" de detenção junto às anteriores instalações em Bagram, mas continuaram a não respeitar o direito dos detidos a um devido processo legal (ver entrada dos EUA).

As forças da NATO e dos EUA continuaram a entregar detidos à Directoria Nacional de Segurança (NDS), os serviços de informações do Afeganistão, sob custódia da qual os detidos corriam risco de tortura e outras formas de maus-tratos, detenção arbitrária e julgamentos injustos.

As forças de segurança detiveram ilegalmente — e em alguns casos até julgaram — pessoas por crimes não previstos no Código Penal, tal como quebra de obrigações contratuais, disputas familiares e os chamados "crimes morais". A NDS prendeu pessoas, incluindo jornalistas, por actos considerados "um risco para a segurança pública ou do Estado", os quais são vagamente definidos na Lei afegã.

Sistema judicial

No seu relatório ao Conselho dos Direitos do Homem da ONU, o governo reconheceu debilidades no sistema judicial, incluindo a falta de acesso das mulheres à justiça, corrupção e falta de presunção da inocência.

Os procedimentos judiciais ficavam aquém dos padrões internacionais para um julgamento justo, incluindo ao não concederem aos réus um período de tempo adequado para prepararem a sua defesa, falta de representação legal, tomada de decisões com base em provas insuficientes ou provas obtidas com recurso a tortura ou outras formas de maus-tratos, e recusa do direito do réu a convocar e interrogar testemunhas.

Pena de morte

Os tribunais inferiores condenaram 133 pessoas à morte, 24 das quais viram as sentenças confirmadas pelo Supremo Tribunal do Afeganistão. Pelo menos 375 pessoas continuavam no corredor da morte.

Visitas/relatórios da Amnistia Internacional

☞ Delegados da Amnistia Internacional visitaram o Afeganistão em Abril, Maio, Outubro e Dezembro.

☞ Escapar ao castigo por homicídio? A impunidade das forças internacionais no Afeganistão (ASA 11/001/2009)

☞ Afeganistão: Três medidas concretas para melhorar as condições dos afegãos (ASA 11/004/2009)

☞ Afeganistão: Agenda de 10 pontos sobre direitos humanos para o presidente Karzai (ASA 11/017/2009)